

AS MULHERES DE LUTA DO CARIRI PARAIBANO: uma experiência por uma educação contextualizada

Luana Patrícia Costa Silva^(*)
Alexandre Eduardo De Araújo^(**)
Daniel Duarte Pereira^(***)

Resumo

Em sua grande maioria as escolas inseridas no campo hoje, possuem perfis desconectados de suas realidades, esta situação fica ainda mais debilitada quando as crianças são obrigadas a frequentar escolas na área urbana. Diante desta realidade o objetivo desse trabalho foi de relatar um pouco da trajetória de mães que lutaram por uma escola para seus filhos. Este estudo aconteceu na cidade de Prata-PB, no Assentamento Zé Marcolino, onde através da pesquisa participante pudemos vivenciar e conhecer um pouco da caminhada destas mulheres. A luta pela escola do assentamento aconteceu em meio a muita resistência, iniciou em seu primeiro ano com a iniciativa de uma das mães em ceder sua casa para que a escola pudesse funcionar, e após muitos encontros e desencontros o prédio foi construído, se concretizou a Escola da Terra. Apoiada na pedagogia que respeita os sujeitos e os saberes que eles carregam consigo, na perspectiva da educação para convivência como semiárido. A luta nasceu da necessidade de buscar uma educação que fizesse sentido para suas crianças, e esse buscar nasceu no início do processo de luta pela escola, nas dificuldades e nas conquistas, foram nestes pilares que se configuraram as bases da educação para as crianças do Assentamento Zé Marcolino.

Palavras-chave: Pesquisa Participante. Educação para Convivência. Mulheres de Luta.

Abstract

Mostly the schools within the field today, have profiles disconnected of their realities, and situation is further weakened when children are forced to attend schools in the urban area. Given this reality the objective of this study was to report some of the experience of mothers who fought for a school for their children. This study took place in the city of Prata-PB in the Settlement Zé Marcolino, where through participatory research we experience and learn a little walk these women. The struggle for the settlement of the school came amid much resistance, started in his first year with the initiative of one of the mothers to surrender your home to the school could work, and after many meetings and missed the building was constructed and completed the School of Earth. Supported pedagogy that respects the subject and the knowledge they carry with them from the perspective of education for coexistence as semi-arid. The fight was born from the need to seek an education that made sense for their children, and that seek born at the beginning of the process of struggle by the school, in difficulties and achievements, were these pillars that shaped the foundations of education for the children of Settlement Zé Marcolino.

Keywords: Participatory Research. Education for Coexistence. Women of Fight.

(*) Universidade Federal da Paraíba. E-mail: Luana_gca@hotmail.com.

(**) Universidade Federal da Paraíba. E-mail: alexandreduardodearaujo@hotmail.com.

(***) Universidade Federal da Paraíba. E-mail: danielkiriry@hotmail.com.

Introdução

Me parece que hoje a imprensa, as elites, a sociedade, todos reconhecem que o campo não está parado, o campo está vivo, há mais vida na terra do que no asfalto da cidade e este me parece um ponto fundamental: termos consciência de que hoje há mais vida onde há mais vida no sentido social, onde há mais inquietação é no campo (ARROYO e FERNANDES, 1999, p. 9).

A fala acima, foi colocada em uma das experiências na Conferência Nacional por uma Educação do Campo. Iniciar com essa frase nos dará embasamento para construir todo o recorte que constitui este ensaio, pois como é enfatizado, o campo está vivo! O campo vive, respira, transpira e luta!

A ideia de luta por uma educação legítima do e no campo perpassa no nosso trabalho¹ através do dialogar com uma educação voltada para relação de uma melhor convivência na Região Semiárida e como trabalhar essa temática dentro das relações sociais e educacionais. A necessidade de se trabalhar essa temática ganha respaldo em função dos modelos educacionais já existentes. Hoje as escolas, *“que por sua vez, reproduzem a mesma ideologia através de seu currículo e da sua prática cotidiana, reforçando a representação do Semiárido, apresentando-o, na maioria das vezes, como um lugar inviável com precárias condições em torno do ecossistema e de quem nele vive”* (KUSTER e MATTOS, 2004, p. 21). Diante desta realidade a luta por uma educação que respeite os valores desses sujeitos ganha mais força para acontecer nestes vários espaços.

E é a partir desse reconhecimento da necessidade de aproximação da realidade dos sujeitos, que parte das comunidades, de dentro das salas de aulas, que nasce o estímulo de mudança, seja por atos simples dentro das salas de cada educador, ou seja, pela organização e sensibilização para uma reformulação de currículos voltados para a valorização de aspectos que respeitem as identidades/singularidades.

Para Freire ao tratar da escola, é sabido que esta possui o dever de respeitar os saberes que o(a)s educando(a)s trazem consigo, principalmente os das classes mais populares, os saberes socialmente construídos junto às comunidades, os ensinamentos de

¹ Enfatizamos que este trabalho faz parte de um recorte da dissertação de uma pesquisa mais ampla do Programa de Mestrado em Ciências Agrárias (Agroecologia) da Universidade Federal da Paraíba e ainda que o mesmo foi submetido, avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa pela plataforma Brasil, sendo aprovado no dia 25 de setembro do ano de 2013.

conteúdos dentro das salas de aulas devem vir a se entrelaçar com os saberes destes educandos, saberes estes construídos no convívio social (FREIRE, 1996).

Este é o maior sentido de se iniciar a luta por uma convivência harmoniosa com a Região Semiárida, e para isso, é bem cabível uma citação de Malvezzi (2007) quando ele coloca que “...a convivência com o Semiárido precisa começar dentro das escolas, modificando-se o processo educacional, o currículo escolar, a metodologia educativa e o próprio material didático” (p. 132).

Essa educação dentro de nosso trabalho nasce da luta encabeçada por mulheres fortes e com anseios de derrubar barreiras. As metodologias se configuram na prática das mães e educadoras do Assentamento Zé Marcolino, que lutaram por uma educação libertadora. Dialogamos com as perspectivas de Araújo, quando ela coloca que:

A educação libertadora tem como enfoque primeiro a transformação desta sociedade, não podemos parar de lutar por processos que dinamizem essa transformação, que proporcionem o encontro das pessoas, por meio do diálogo e do debate, em que elas discutem, decidem e assumem as realidades comuns, pois isso provoca crescimento pessoal e comunitário, tornando possível uma educação escolar mais humana e mais participativa (RAUJO, 2009, p. 63).

É nesta concepção que apresentamos aqui um recorte de nossa vivência junto a escola que nasceu da luta, e cresce como promotora de uma educação que dialoga com os sujeitos do semiárido, através de práticas contextualizadas com as dinâmicas da região nas várias relações escolares. Mediados por propostas contextualizadas, construídas participativamente: educadoras, educandos, mães, pais e pesquisadores. Desta forma, o principal objetivo de nosso trabalho foi de buscar sistematizar como nasce e como se constitui esta escola, e para isso acontecer vamos dialogando com as mães e educadoras do Assentamento Zé Marcolino.

Alguns retalhos dos caminhos da pesquisa de campo

Este ensaio suscitou a partir de uma vivência atrelada a pesquisa participante e a pesquisa-ação, esta que possuiu abordagens distintas, como a convivência com o Semiárido, os processos produtivos e a educação contextualizada, sendo nesta última abordagem, realizado o recorte que gerou este ensaio.

Para alcançar nossos objetivos, realizamos um estudo de caso. No estudo de caso o pesquisador realiza uma observação detalhada em algum contexto, fenômeno ou

ambiente estudado, e assim, capta as suas principais características e peculiaridades, respondendo aos objetivos propostos na pesquisa.

Desta forma, norteamos alguns horizontes em nossa pesquisa que nos proporcionou atender a tais objetivos, como a análise de documentos e através de vivências mediadas pela pesquisa participante, seguindo assim princípios da pesquisa qualitativa. Considerando a abordagem proposta por Günther que afirma que:

São características da pesquisa qualitativa sua grande flexibilidade e adaptabilidade. Ao invés de utilizar instrumentos e procedimentos padronizados, a pesquisa qualitativa considera cada problema objeto de uma pesquisa específica para a qual são necessários instrumentos e procedimentos específicos (GUNTHER, 2006, p. 204).

Logo, em consonância com esta metodologia, realizamos a pesquisa buscando a compreensão da realidade vivenciada, entrelaçando estes momentos vivenciados na investigação ao envolvimento da teoria e da prática.

Os espaços Caririzeiros de nosso estudo

Para Alves (2009) o Estado da Paraíba é subdividido em três regiões climáticas, a saber: a Fachada Atlântica Tropical Aliseana e Úmida; a superfície do Planalto da Borborema, onde se situam os Cariris Paraibanos, com seu clima semiárido acentuado; e o Sertão, duas vezes mais chuvoso do que os Cariris, também, na faixa semiárida.

Os Cariris Paraibanos, Ocidental e Oriental, são Microrregiões que fazem parte da Mesorregião da Borborema e são compostos por 29 municípios, sendo 17 na Microrregião do Cariri Oriental e 12 na Microrregião do Cariri Ocidental.

No Cariri Ocidental localizam-se os municípios de Prata, Sumé e Amparo ficando o PA Zé Marcolino localizado em sua maior porção no município de Prata.

O município emancipou-se no dia 16 de fevereiro de 1955, sendo sua instalação no dia 7 de janeiro de 1959. No final do século XVIII, Custódio Alves Martins, João Pereira de Melo e outros, estabeleceram fazendas de criação de gado na região. Apresentou uma contagem populacional de 3.854 habitantes para ano de 2010, inserida numa unidade territorial de 192,0 km², sendo 2.444 na zona urbana e 1.410 na zona rural.

O Assentamento Zé Marcolino conhecido também como antiga Fazenda Serrote Agudo, pertencia a um Major (Major Tobias) que com o tempo vendeu as terras para outros donos.

No ano de 1978, o dono das terras faleceu, e os herdeiros venderam tudo. Assim, as pessoas tiveram que sair das casas, desocupar as terras e o então novo dono passou a desmatar e criar exclusivamente o gado.

Após o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) comprar as terras, por volta do ano 2000 se inicia o cadastro das famílias. Assim, por volta do ano de 2002, a ocupação acontece e o Assentamento se divide em quatro agrovilas: Lajinha, Macacos, Formigueiro e Cumarú, totalizando 86 famílias.

A escola nasce da luta



*“Somos hoje uma semente
Feita de Reunião
Que com muita paciência
Venceu a perseguição
Toda gente reunida
De alegria contida
Fez escola no sertão*

*Muito feliz hoje estou
Com a presença desta gente
Que veio olhar de perto
Uma escola diferente”*

Educadora 3

Figura 1. Escola do Campo do Assentamento Zé Marcolino/Serrote Agudo

Fonte: Registro Fotográfico de campo/ Assentamento Zé Marcolino/Serrote Agudo. Prata – PB. 2013.

É nas representações das mulheres do Assentamento Zé Marcolino que pautamos esse recorte dentro de nosso trabalho. Passamos assim a uma descrição de como é caracterizada a figura da “mulher do campo” em determinados aspectos, estes, sendo referenciados a partir do próprio exemplo na experiência junto às mulheres do Assentamento.

Para as mulheres, em seu cotidiano, são considerados seus papéis os afazeres domésticos; a lida com as pequenas criações; o trabalho na lavoura e também a educação dos filhos. Eis o conjunto de tarefas culturalmente impostas. É a partir dessas imposições, que já estão intrínsecas na sociedade, que elas tomam essa tarefa junto aos filhos(as), pois configura-se sua responsabilidade o cuidar da educação das crianças e conseqüentemente, o lutar por elas, caso seja necessário.

As mulheres do Assentamento tem um diferencial organizativo que está sendo alcançado por muitas outras agricultoras em seus espaços sociais, como podemos identificar nos relatos das experiências contidas no livro “Mulheres e Agroecologia” que traz as várias experiências de luta pela autonomia, estas vivenciadas por inúmeras mulheres que vem ganhando espaços e força em seus processos sociais, isso, a partir da união coletiva em grupos de mulheres e organizações diversas.

No Assentamento Zé Marcolino, essa autonomia é visualizada em alguns aspectos, como nas várias lutas travadas por alguns direitos para a comunidade, como a luta pela escola, sendo uma das lideranças uma figura feminina, esboçando desta forma a força destas mulheres dentro deste espaço.

Vivenciando estes processos, poderíamos julgar ser nítido o papel da mulher junto à família, a casa e a comunidade. De acordo com Abramovay e Silva:

A divisão tradicional do trabalho estipula a homens e mulheres formas diferenciadas de inserção no trabalho e na sociedade. A mulher é a responsável pela reprodução social do grupo familiar – trabalho doméstico e reprodução de força de trabalho -, o que implica responsabilidades quanto a saúde e a educação dos filhos, à manutenção da casa e do seu entorno. No caso das mulheres nas áreas rurais, estas têm um importante papel na produção agrícola, que é invisibilizado por seu duplo papel produtivo e reprodutivo (ABRAMOVAY E SILVA, 1998, p. 348).

Chamamos o destaque na citação para o trecho, “(...) *o que implica responsabilidades quanto a saúde e a educação dos filhos, à manutenção da casa e do seu entorno*”. Percebe-se que a mulher tem um papel fundamental dentro dos vários processos: na sua comunidade, na sua casa, e junto a sua família. Logo, ao se delimitar a mulher do meio rural, vemos que ela se encontra presente quase na totalidade de todos os espaços de produção e reprodução. Atrelado a esse arcabouço do fazer da mulher nestes espaços, nos deparamos com a realidade do Assentamento onde vivenciamos algumas dinâmicas do cotidiano destes sujeitos.

O destaque nesse processo para a figura da mulher enquanto “mulher de luta” não é pelo pertencimento exclusivo da luta que compete a elas – mulheres – mas da luta pela educação, como Abramovay e Silva (1998) nos lembram de que “*é de responsabilidade da mulher a educação dos filhos*” (p. 348). Assim, esta luta é encabeçada por elas (mulheres e mães). Di Sabbato et al. trouxe um pouco da trajetória de luta das mulheres, das trabalhadoras rurais, para refletirmos:

No Brasil, a vigorosa organização e mobilização de mulheres trabalhadoras rurais ganha destaque no processo da Constituinte, no final dos anos 1980, com a ampliação do direito à seguridade social por meio da garantia da aposentadoria no valor de um salário mínimo. Essa conquista representou a mais importante medida de distribuição de renda das últimas décadas. As trabalhadoras rurais conquistaram reconhecimento, embora a efetivação dos seus direitos seja demorada e não altere automaticamente a relação familiar e sua responsabilização pelo trabalho doméstico. Os movimentos de mulheres são um dos movimentos mais enraizados e contam com maior organicidade e capacidade de mobilização em nosso país. Exemplos disso são as três edições da Marcha das Margaridas (2000, 2003 e 2007), os vários acampamentos e mobilizações do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), das mulheres do MST e tantos outros (DI SABBATO et al., 2009, p. 13).

Dentre estas lutas de destaque, e de toda a trajetória por direitos igualitários que as mulheres vêm encabeçando nos movimentos, nos grupos de mulheres e em outros espaços, destacando as várias lutas diárias, enfatizamos as experiências que vivenciamos da luta pela escola Plínio Lemos – Escola da Terra -, que foi “mobilizada” pelas mulheres e abraçada por todos.

Desta forma, pedimos licença a todos e todas para chamar quem mais conhece essa história para relatá-la. Trata-se de “Educadora 1”, 23 anos, mãe e agricultora, que em uma bela carta², retrata como aconteceu a escola no Assentamento Zé Marcolino. Assim, vamos dialogando com esta educadora a partir deste tópico do nosso trabalho. E como acontece a luta e por quê?

A luta para realizar esse sonho se tornou mais forte quando começaram a surgir os problemas, em relação ao transporte escolar dos alunos, pois além de não ser seguro, duas crianças ficaram na cidade deixando sua mãe muito preocupada. Foi a partir daí que teve início uma luta difícil e cansativa para implantação de uma escola em nosso Assentamento. Mas, não qualquer escola! Uma escola que ensinasse mais do que ler e escrever, fazer operações matemáticas, conhecer a tabuada e etc. Mas, uma escola que ensinasse o valor que tem terra, a vida em comunidade e a origem de cada um deles. Foram tempos e situações difíceis para as mulheres, mas como eu já falei elas são acima de tudo guerreiras... Compraram muitas brigas, ouviram falsas promessas, tiveram alguns desentendimentos, se reconciliaram muitas vezes, conquistaram amigos... e partiram em busca de seus direitos..

Educadora 1 (2013)

² Carta lida em 18 de março de 2013 em uma rota de aprendizagem realizada pelo projeto FIDA (Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura) nas áreas onde o projeto Dom Helder atua, “que teve como finalidade visitar projetos financiados pelo FIDA, projetos estes, que estão dando certo e nós fomos escolhidos como experiência de educação”, relata a “Educadora 2”.

Nos relatos da “educadora 1”, podemos observar vários aspectos que fazem nos inquietar e imaginar as diversas situações de vontade de luta, e como a partir de mobilizações, nós fazemos ser enxergados e enxergadas, e como podemos intervir nas melhorias do nosso local de vida. A vontade de luta destas mulheres me recorda Paulo Freire, quando ele coloca que:

Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam (FREIRE, 1996, p. 31).

E mesmo diante de todas as dificuldades, de todos os “nãos” recebidos elas permaneceram na luta. E a luta, não era apenas por educação, no sentido visto como educação escolar, a que é trabalhada e visualizada hoje nas instituições de ensino. A luta vislumbrava bem mais que o acúmulo de conteúdos neutros para com suas crianças.

Entretanto, mesmo sem conceitos de tais modelos educacionais que veem as crianças como meros receptores de conteúdos, como é o caso da educação bancária³, estas mães lutavam por algo mais, algo que notadamente fizesse sentido⁴, e foi por esta “busca de sentido” que não era visto nas “escolas da cidade” que nasceu no Assentamento Zé Marcolino a Escola da Terra. Então, a vontade foi tanta, que mesmo sem nenhum recurso, elas decidiram que a escola iria abrir, e assim aconteceu:

No ano de 2009 as crianças começaram a estudar na casa de uma das mães, que foi com a família morar em outro lugar para que a escola pudesse funcionar. Durante esse ano as mulheres preparavam a merenda de seus filhos e davam material de limpeza para manter a higiene da escola.

Educadora 1 (2013)

Vamos entender: “*uma das mães, sai de sua casa junto com sua família para que a escola possa funcionar*”. Que gesto tão singelo foi esse? Seria desafiante traduzi-lo em algumas palavras dentro deste parágrafo, pois ele está dentro de uma ação tão completa,

³ Assim pautamos nossa ideia nas concepções de Paulo Freire: “Eis a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guarda-los e arquivá-los” (FREIRE, 1987).

⁴ “O fazer sentido” se entrelaça ao o fugir do que já foi vivenciado por estas mães quando crianças nas instituições de ensino que frequentaram, estas possivelmente, pautadas nos modelos da educação bancária, já conceituada por Freire.

que como já dizia Paulo Freire, *é um ato de amor*, a sensibilidade de identificar a necessidade e a delicadeza de abrir mão de seu lar em prol do outro, ou no caso dos outros (das crianças), não pode ter outra significância senão um gesto de amor ao próximo. E toda essa ação ganha ainda mais sentido quando estamos a falar de uma mulher, militante e guerreira, que faz de sua vida a luta e da luta sua vida. E assim, a escola funcionou durante um ano na casa da “Liderança 1” (Mãe e Assentada e uma das lideranças do Assentamento) e as mães colaboraram para a manutenção para que a escola pudesse funcionar.

Educadora 1 (2013) contou que:

Começou então uma grande luta para construir o prédio onde seria finalmente nossa escola. Com a ajuda do projeto Dom Helder Câmara que foi nosso parceiro desde o começo, se conseguiu através do FIDA⁵ o recurso para construção do prédio. Mas o recurso não foi suficiente para comprar o material necessário para construção, então nossas guerreiras entraram em ação mais uma vez, foram elas que carregaram as pedras para fazer o alicerce da escola, e se encarregaram de pedir, isso mesmo de pedir, toda ajuda para conseguir terminar a escola e ser aceita. E conseguiram. Em 2010 os estudantes tinham um ótimo espaço para estudar.

No ano de 2010 a escola se concretiza, em termos estruturais, ainda com algumas deficiências a serem preenchidas. Mas afinal, as crianças tinham uma escola, o Assentamento tinha uma escola. A partir da luta das mães, mulheres e homens que fazem o Assentamento, a escola nasce das mãos calejadas de Seu Anselmo, dos tantos agricultores que deixaram seu roçado para se empenhar na construção desse sonho, nos xiques-xiques (*Pilosoceusgounellei*) de cimento feitos pelas mães para compor parte do conjunto do prédio. São nas ações destes sujeitos que nasceu a *Escola da Terra*, já com suas características peculiares, união, contextualização e luta.

De acordo com Sales “*a participação das mulheres rurais em grupos de produção, coletivos, ocupação da terra e eventos políticos tem suscitado novos processos e reflexões sobre sua própria situação e aquilo que se passa em torno delas*” (SALES, 2007, p. 442). E em meio aos tantos desafios, mas com esta união pulsando firmemente, a “Educadora 1” observou que:

“Hoje em 2013 faz cinco anos que estamos nessa luta, certos de que parte do nosso dever foi cumprido, mas que a luta continua, com todo

⁵Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura.

esforço, dedicação e principalmente amor, pois como disse Paulo Freire: 'A educação é um ato de amor, portanto, um ato de coragem'".
(Educadora 1)

As mães ganharam na luta uma autonomia dentro de seu espaço. A escola é resultado de um esforço coletivo que suscitou em um espaço não apenas de educação para os filhos, mas também um espaço de conquistas, à medida que a cada ano se configura em uma dificuldade para que ela permaneça aberta e atuante, como a exemplo do ano de 2013 que foi deliberado a destituição dos funcionários da escola, estes que fazem parte do Assentamento. Assim, estas mesmas mães fizeram uma barreira frente à escola para enfrentar os representantes da prefeitura, deixando estes perplexos e solidários também com a causa daquelas mulheres, para que assim percebessem que a luta não foi, ela é, a luta é constante e diária, no ajudar a merendeira, nas reuniões com a presença constante dos pais, a luta tem vida.

Considerações finais

A escola no Assentamento Zé Marcolino nasceu de um processo de união e luta de mães que sentiram a necessidade de buscar uma educação que fizesse sentido para suas crianças, e esse buscar nasceu no início do processo de luta pela escola, nas dificuldades e nas conquistas, foram nestes pilares que se configurou as bases da educação para as crianças do Assentamento Zé Marcolino.

A partir do se reconhecer no outro enquanto sujeito que possui raízes Caririzeiras, raízes Semiáridas, a luta parte do princípio que não é uma luta por uma educação qualquer, mas a luta é por uma educação que seja desse povo, que seja desse lugar, que suas crianças aprendam na escola a respeitar e cuidar do ambiente que as rodeiam, entendendo, dialogando e aprendendo sobre ele e com ele, com o Semiárido.

Referências

ABRAMOVAY, M e SILVA, R. As relações de Gênero na confederação nacional de trabalhadores rurais (CONTAG). *In. Seminário trabalho e Gênero: mudanças permanência e desafios*. UNICAMP, NEPO, Campinas, 1998.

ALVES, J. J. A. *Caatinga do Cariri Paraibano*. GEONOMOS, Belo Horizonte, n. 17, p: 19-25, 2009.

ARAÚJO, A. M. R. B. de. *Práticas de intervenção social em escolas rurais: uma iniciativa para o fortalecimento de escolas do campo na Paraíba*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa - PB, 119p.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Por uma educação do campo*. A educação básica e o movimento social do campo. Vol. 2. Brasília – DF. 1999.

DI SABBATO, A.; MELO, H. P. de; LOMBARDI, M. R.; FARIA, N.; BUTTO, A. *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília : MDA, 2009. 168p.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, 54p.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 21, 1987. 107p.

GÜNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 22 n. 2, p: 201-210, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agropecuário 2006. *Agricultura familiar*. Primeiros Resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.

KUSTER, A. MATTOS, B. H. O. de M. *A educação no contexto do semiárido brasileiro*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004, 214p.

MALVEZZI, R. *Semiárido - uma visão holística*. 1 ed. Brasília: CONFEA - Superintendência de Comunicação e Marketing, 2007. 140p.

SALES, C. de M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 15, p: 437-443, 2007.